

ENTREVISTA

Falar de Laura de Mello e Souza é falar da história colonial do Brasil personificada, por sua trajetória de mais de 40 anos de ensino e pesquisa dedicada a este período da história brasileira. Vinculada à Universidade de São Paulo (USP) desde a graduação em História, se formou como mestre e doutora nesta mesma universidade, em 1986. Em seus muitos anos de carreira, e como professora titular de História Social na USP, desenvolveu distintas linhas de pesquisa, que podem ser resumidas de maneira bem simplificada em três: a feitiçaria e a ideia do diabo na sociedade colonial do Brasil, a pobreza na região de Minas Gerais e o sistema administrativo e político da América portuguesa no século XVIII.

Como fruto destas pesquisas publicou livros emblemáticos, *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII* (1983), *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial* (1986), com tradução espanhola, publicada por Alianza Editorial, e *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII* (2006). Desde 2014, é professora titular de História do Brasil na Universidade de Paris IV-Sorbonne, em sucessão no cargo a Luiz Felipe de Alencastro.

Filha de Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza, em seus anos de formação foi fundamental o ambiente intelectual de sua casa familiar, frequentada por Florestan Fernandes e Sérgio Buarque de Holanda, que a marcou profundamente e a quem dedicou o seu primeiro trabalho de pesquisa. Foi professora visitante em numerosos centros universitários internacionais como a Universidade de Texas, a Nova de Lisboa, a Universidade de Minnesota, a Universidade de Toronto ou a *École des Hautes Études* em Ciências Sociais. Orientou inúmeros trabalhos de mestrado e doutorado nas diferentes universidades onde exerceu seu trabalho docente, sendo uma das mais importantes promotoras do *boom* dos estudos coloniais vivido pela historiografia brasileira nos últimos anos. De sua trajetória de pesquisa se destacou seu profundo conhecimento da mentalidade colonial, assim como seu interesse por temas que haviam sido esquecidos ou marginalizados pela historiografia, como as camadas pobres da sociedade de Minas Gerais, quando esta região produzia toneladas de ouro na primeira metade do século XVIII.

Seu interesse pela burocracia colonial nos últimos anos foi um marco fundamental na renovação dos estudos da administração na América Portuguesa na última década, o que nos está levando a uma nova interpretação da história moderna no Brasil. Em sua mais recente etapa de pesquisa, dedica-se a estudar a figura do poeta inconfidente Claudio Manuel da Costa, o que a levou a submergir-se no campo da biografia e no mundo da literatura colonial. Nos últimos anos, se interessou pelo período das guerras napoleônicas e desenvolve uma pesquisa sobre as transformações e movimentos das cortes europeias nesses anos turbulentos. Desde a direção da Revista de Estudios Brasileños agradecemos profundamente à professora Laura de Mello e Souza sua amabilidade e disponibilidade para responder as perguntas desta entrevista, na qual a grande historiadora brasileira analisa sua trajetória e muitos aspectos do Brasil contemporâneo.



Laura de Mello e Souza.
Acervo pessoal. Fotografia concedida por Laura de Mello e Souza.

O ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO

José Manuel Santos Pérez: O Brasil vive agora uma das maiores crises da sua história: crise econômica, política, continuidade da crise social que nunca foi resolvida... Qual é a sua análise sobre o que acontece no Brasil neste momento?

Laura de Melo e Souza: Sou historiadora de períodos mais remotos, sou uma modernista por vocação e formação. Ainda acredito que a história do tempo presente é um objeto difícil para o historiador, tendo a achar, talvez equivocadamente, que sociólogos, filósofos e antropólogos a analisam com mais propriedade do que nós historiadores, com honrosas exceções. Feitas essas ressalvas, minha reação tem sido de grande perplexidade ante o que acontece no Brasil. Cresci sob a ditadura militar, num ambiente de muito medo, numa cultura do não-dito e do escondido, pois meu pai sempre foi socialista e, naquela época, fazia oposição ao regime. O que se dizia em casa era segredo, não podia ser reproduzido na rua, na escola. Com a redemocratização, o *impeachment* de Fernando Collor e os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff parecia que o Brasil decolara, entrara numa era de maior justiça social, que a democracia viera para ficar e os tempos que marcaram minha formação tinham acabado. Infelizmente, sinto que andamos para trás, e talvez por muito tempo. As boas coisas dos governos anteriores caem por terra ou se encontram ameaçadas: os projetos sociais, as leis que garantem uma sociedade mais tolerante e justa. A sociedade continua profundamente desigual, a educação pública é catastrófica, a saúde não responde às necessidades da população. No Brasil há uma forte pressão dos deputados evangélicos para banir das escolas o ensino de religiões afro-brasileiras e indígenas e impor as concepções criacionistas, o que é apavorante. O que mais me impressiona é a intolerância crescente. A ideia do Brasil doce e cordial foi definitivamente soterrada. Há 20 anos, encerrei um seminário na Universidade Nova de Lisboa colocando duas músicas para os alunos escutarem: *São Salvador*, de Dorival Caimmy e *Haiti*, de Caetano Veloso. A primeira é um retrato idílico da capital da Bahia, “terra do branco mulato e do preto doutor”. A segunda é uma espécie de antologia terrível do que

acontece nas cidades brasileiras, onde pretos pobres se matam mutuamente, uns do lado da “ordem”, outros do lado da “desordem”, e as barreiras sociais são intransponíveis. Um mundo de violência, desprovido do que acreditávamos ser a consciência de classe. Some-se a isso elites extremamente egoístas e dotadas de uma “ideologia do imediatismo” que remete aos tempos coloniais, talvez: enriquecer rápido para voltar a Portugal. Por outro lado, a “*douce France, le pays de mon enfance*” cantada por Charles Trenet não mais existe também. Os cenários mundiais são sombrios, por enquanto, e por toda parte.

JM: Quais são as raízes históricas (inclusive no período colonial) das injustiças da sociedade brasileira atual e da instabilidade política?

Laura de Melo e Souza: Tendemos a dizer que a culpa toda é do escravismo, origem de vícios incontornáveis. Que as elites continuam com mentalidade de senhores de escravos. É verdade, mas não explica tudo. As elites, sobretudo no Sul, mudam com bastante rapidez, há o que cientistas sociais chamaram de “circulação das elites”, mas a mentalidade excludente se perpetua. Como disse na questão acima, é preciso levar em conta igualmente um imediatismo arraigado, que remete, da mesma forma, aos tempos coloniais, quando a colônia era lugar de passagem, e havia um ditado que dizia: “papagaio real, direto para Portugal”. E deve-se também levar em conta a violência, intrínseca às sociedades escravistas. Apesar disso, creio que já era tempo de ter superado esses “vícios de origem” e encaminhado soluções que não surgiram. A desigualdade é, em minha opinião, a gênese de todos os males. Ante ela, o único paliativo possível é a educação. Vivo hoje na França, país em crise, mas dotado de uma sociedade muito, mas muito mais igualitária. Nunca tive tantos alunos negros em minha vida como tenho na Sorbonne, e o Brasil é um país mestiço desde sempre!!! A França já teve um dos melhores sistemas educacionais do mundo, investiu maciçamente na educação. Quanto à instabilidade política, nós brasileiros tendíamos a achar que ela era menor que a dos vizinhos hispano-americanos. Talvez estivéssemos errados, ofuscados pela pseudo-estabilidade do período imperial, com seu governo centralizado e repressor. Olhando agora para trás, só vejo instabilidade, e no período republicano ela se agravou. Mas seria diferente a história de outras repúblicas ocidentais? O mundo todo conectado, que permite saber o tempo todo o que se passa em toda parte talvez amplifique a ideia da instabilidade. Sempre me coloco a questão de como seria se os franceses e os ingleses que cuidavam de suas ovelhas e vacas nos campos ficassem sabendo em cinco minutos o que os cruzados e os adeptos de Alá estavam fazendo no Oriente...

JM: Você mudou recentemente para Paris, capital de outro país em profunda crise, neste caso, mais política e social, mas também ameaçado pelo terrorismo yihadista, com ataques terríveis como os de 13 de novembro. Como vê essa realidade?

Laura de Melo e Souza: Tudo isso coloca o problema do ponto de vista, do lugar de onde se olha. Do ponto de vista pessoal e cotidiano, minha vida em Paris é agradabilíssima e duma tranquilidade que nunca vivi em lugar nenhum. Moro num lugar central, o sistema de transporte público é maravilhoso, o deslocamento urbano é um sonho para quem vivia numa cidade de doze milhões de habitantes e ficava no trânsito algumas horas por dia. Saio sozinha e volto tarde da noite sem nunca ter tido problema algum. Mas há a ameaça constante de que isso tudo seja abalado em dois segundos, a ameaça do terrorismo, o que faz com que essa tranquilidade seja ilusória e a situação extremamente complexa: vivo, evidentemente, numa ilha de fantasia, longe das “*banlieues*” violentas, etc. E aí está o outro lado da moeda: na minha perspectiva, a França ainda é um país socialista, uma república presa aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade; mas a sociedade, acossada pela crise, rechaça parcialmente tais ideais e acaba alimentando uma reação do Estado, que reprime e realimenta a tensão social.

O Estado, por princípio, acolhe, mas talvez a sociedade esteja mudando numa rapidez que ultrapassa sua capacidade atual de acionar os mecanismos de acolhimento. O que me parece grave, e semelhante ao que acontece no Brasil, é o intuito de suprimir direitos trabalhistas adquiridos por meio de lutas sociais, consagrados pela constituição e que visavam a uma sociedade mais justa. De atender aos interesses do grande capital em detrimento aos da maior parte da sociedade. E o crescimento do fundamentalismo religioso, que leva à discussão sobre a laicidade.

A HISTÓRIA COMO OFÍCIO

JM: Você tem uma longa carreira como historiadora. Gostaria de perguntar por que se apaixonou pela história e se o “namoro” continua?

Laura de Melo e Souza: Sempre gostei muito de história, desde pequena, mas resisti a seu encanto porque temia que a profissionalização fosse difícil. Tentei voltar-me para a medicina e a arquitetura, mas fracassei, minhas notas em matemática, física e química eram muito ruins nas vésperas de entrar para a universidade. Resolvi ceder ao meu amor pela história, que me envergonhava um pouco por parecer o caminho mais fácil. E havia, na época, uma repressão enorme na universidade brasileira, voltada, sobretudo, para os cursos de humanidades, com muitos professores cassados. Enfim, era um mau momento, o debate e a discussão encontravam-se cerceados. Formei-me nesse ambiente, e comecei a me sentir historiadora quando iniciei o mestrado, sob a orientação de Fernando Novais. Adoro o que faço, não me arrependo da escolha, mas às vezes gosto de divagar sobre o que teria sido minha vida de médica ou de arquiteta. E olhando trajetórias como as de Jacques Le Goff e Evaldo Cabral de Mello, alimento a ilusão de que os historiadores continuam muito bons mesmo quando mais velhos...

JM: Que autores foram mais influentes na sua carreira?

Laura de Melo e Souza: Nos primeiros anos, ainda na Faculdade, Fernando Novais e Caio Prado Jr. Nunca fui marxista, mas sofri muito a influência do marxismo, menos a de Marx – de quem só li alguns capítulos do primeiro volume de *O Capital*, dos *Grundrisse*, que estavam na moda na década de 1970 na minha Universidade e *A Ideologia Alemã* – e mais a de Antonio Gramsci, de quem li quase tudo. Depois, de certa historiografia dos *Annales*, sobretudo Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Robert Mandrou, Bronislaw Geremek e o grande Marc Bloch. Na mesma época, como toda a minha geração no Brasil, recebi o impacto da obra de Michel Foucault, de quem assisti um curso na USP, e a da historiografia social britânica: E. J. Hobsbawm, George Rudé e E. P. Thompson. Em seguida, veio a fase Gilberto Freyre (sobretudo *Casa Grande & Senzala*) e Sérgio Buarque de Holanda, este último sendo um autor que nunca mais abandonei, e de quem leio tudo, o tempo todo. Mikhail Bakhtin também teve importância, o seu livro sobre Rabelais. Creio que as últimas grandes influências que recebi na minha fase formativa foram as de Natalie Davis, Carlo Ginzburg e Serge Gruzinski. Ginzburg foi uma obsessão durante quase duas décadas, até *Olhos de Madeira*, seus últimos livros me parecendo mais herméticos e difíceis, mas gosto sempre. Gruzinski me marcou, sobretudo, com *A colonização do Imaginário* e *As Quatro Partes do Mundo*. O triste de envelhecer é que o entusiasmo arrefece um pouco, e hoje em dia é difícil ler algo que realmente me alucine, como antes. Recentemente, entre os brasileiros, tenho relido os livros de João José Reis com enorme proveito. O seu *Rebelião escrava no Brasil*, reescrito, e, sobretudo *Domingos Sodré*, me impressionaram muitíssimo. Mas teria que citar também alguns antropólogos, pois a

antropologia é uma disciplina que me marcou muito.... a lista ficaria imensa.

JM: Trabalhou fundamentalmente o período colonial do Brasil, por que essa escolha?

Foi meio ao acaso. Queria trabalhar com Fernando Novais e ele era modernista, seu grande livro era sobre o ocaso do período colonial. Minha escolha foi primeiro Novais, depois colônia. Ele é um homem brilhante, ensinou-nos a pensar na sala de aula, no dia a dia. Dava muita liberdade, disse que eu podia escolher o que quisesse, mas achei que preferiria que eu trabalhasse com o período colonial. Havia feito algumas pesquisas já profissionais sobre o século XX, movimento operário, lazer na cidade de São Paulo. Deixei tudo para trabalhar com Fernando Novais sobre o período colonial. Hoje em dia estou migrando aos poucos para o século XIX, e um pouco cansada dos períodos anteriores. Gosto de novidade...

JM: A realidade contemporânea do Brasil influenciou nas suas escolhas? Era para fugir dessa realidade ou para interpretá-la que foi ao período colonial?

Laura de Melo e Souza: As duas coisas. Meu trabalho de mestrado sobre os desclassificados sociais foi muito marcado pelo fascínio exercido pela contracultura e pelas marginalidades sobre minha geração: eu peguei o finzinho dos anos 1968, anos extraordinários de fermentação cultural. E havia a questão do Brasil dos militares, pregar “o milagre brasileiro” e a desigualdade social só crescer. Pensei em Minas Gerais, com a descoberta do ouro enriquecendo Portugal e, sobretudo, a Inglaterra enquanto a marginalidade se multiplicava nos arraiais mineiros. Quanto ao estudo da feitiçaria e da religiosidade popular, a conexão com a vivência religiosa no Brasil é evidente. Acredito que sempre escolhemos objetos que têm a ver com a época na qual vivemos, que ela impregna incontornavelmente os objetos mais distantes no tempo, a objetividade sendo um tanto ilusória. Tenho um grande amigo, o medievalista Hilário Franco Jr. que costuma dizer que nossos objetos nos escolhem. Ele tem certa razão, a meu ver. Somos escolhidos sem saber, e depois percebemos que o fomos. O caso de meu objeto atual de trabalho, uma pesquisa que se arrasta há mais de dez anos, é um exemplo típico de passividade intelectual de minha parte. Nem sei porque escolhi, e hoje faz todo o sentido que o tenha feito: escolhi um dos períodos mais conturbados da história ocidental, quando tudo ficou de ponta cabeça, a metrópole do império português mudou para a colônia, reinos desapareceram, novos se fizeram, reis foram decapitados e daí por diante. Penso se não foi nosso mundo contemporâneo, a esfacular-se, que me escolheu para retratá-lo como pudesse, numa temporalidade diferente.

JM: E a historiografia francesa? Aqui, na Espanha, essa historiografia influenciou enormemente aos historiadores; como você vê a escrita da história na França agora desde sua privilegiada panorâmica da Sorbonne, a mais antiga e importante universidade da França?

Laura de Melo e Souza: Acho que já falei um pouco da historiografia francesa, decisiva na minha formação. Apesar de bastante marcada pela historiografia italiana, sou confessadamente francófila e leio autores franceses o tempo todo. Mais recentemente, voltei-me para grandes clássicos como Jules Michelet e Albert Sorel, de quem considero *A Europa e a Revolução Francesa* um grande livro. A historiografia francesa continua excelente, com historiadores notáveis, em muitos domínios e especialidades, como Robert Frank, François Hartog, Serge Gruzinski e meus colegas Lucien Bély, Denis Crouzet, Elisabeth Crouzet-Pavan. Acho que perdeu um pouco do impacto sobre o exterior, onde hoje se nota a força avassaladora da historiografia norte-americana, a meu ver excelente também, mas com certa tendência à simplificação e aos modismos, talvez para atrair um grande público.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

JM: Três são as linhas fundamentais de sua pesquisa histórica: aqueles que chamou de “desclassificados”, pessoas marginadas socialmente; a feitiçaria, o demônio e os desvios religiosos, e o sistema administrativo e político colonial, desvendando as “sombras” dessa prática política. Por que essas e não outras?

Laura de Melo e Souza: Acho que já respondi parcialmente. No caso da administração, tudo começou com a familiaridade adquirida com a correspondência administrativa ainda nos tempos do mestrado, e com o fato de ter feito a edição crítica de um texto escrito por um governador da capitania de Minas Gerais. Comecei a perceber que os funcionários coloniais eram muito mais preparados e capazes do que as nossas tradições nacionalistas induzem a pensar. E que havia de se refletir sobre a administração portuguesa por meio de seus agentes, das decisões por eles tomadas, contornando as distâncias, e ante a experiência cotidiana com um mundo muito discrepante daquilo que se imaginava no Reino. Havia, sobretudo, que ultrapassar a ideia velha, e que não ajuda em nada, da “incompetência” portuguesa ser responsável pelas misérias brasileiras.

JM: Como foram seus inícios como historiadora? Que é o que lhe levou a estudar os desclassificados do ouro, os pobres da região aurífera de Minas Gerais, sendo assim que não existia (e talvez não exista ainda) um bom estudo sobre a questão econômica da região mineira?

Laura de Melo e Souza: Acho que já respondi em parte. Acrescentaria minha discordância quanto a não haver bons estudos de história econômica sobre Minas. O grupo do departamento de História da Faculdade de Economia da USP (FEA) trouxe contribuição significativa, sobretudo Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna. Douglas Libby, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Angelo Carrara, da Universidade Federal de Juiz de Fora, são excelentes historiadores da economia mineira. Apesar de os estudos mais recentes e espetaculares sobre o impacto do ouro na economia do Império Português terem sido, de fato, feitos fora do Brasil, em Portugal, por Leonor Freire Costa e seu grupo.

JM: Sobre essa questão: não acha que na historiografia brasileira, talvez por influência de Sérgio Buarque de Holanda, tem muita história das mentalidades, da história privada, etc., e pouca história econômica?

Laura de Melo e Souza: Acho que é uma tendência mais atual, nem sempre foi assim. Primeiro, é preciso deixar claro que a influência de Sérgio Buarque de Holanda é recente, data dos anos 1980. Até então, a influência avassaladora nos meios universitários – pelo menos os que frequentei e conheci – eram as de Celso Furtado e Caio Prado Jr. E que os estudos econômicos e sociológicos predominavam. Uma das grandes historiadoras brasileiras, Alice Piffer Canabrava, era uma historiadora econômica. A guinada deu-se com a minha geração. A história econômica perdeu um pouco o prestígio nos departamentos de História, mas continua sendo feita em outros departamentos e faculdades, como é o caso do departamento de História da Faculdade de Economia da USP (FEA), onde se faz ótima história econômica. Mas, por outro lado, faltam sim bons estudos de história econômica, pelo menos para o período colonial. São poucos. Talvez a rejeição aos “economicismos” que impregnaram um certo pensamento na época dos governos militares tenha contribuído para fazer da história econômica uma especialidade um tanto “envergonhada”.

JM: E a história do poder colonial? Em comparação com a historiografia da América hispânica os trabalhos sobre esta questão na América portuguesa são muito menos abundantes e só agora (depois de seu livro *O Sol e a Sombra*) começa a haver uma produção importante. Por que acha que é assim?

Laura de Melo e Souza: Talvez tenha a ver com o fato de a universidade brasileira ser muito jovem, ao contrário do que acontece na América hispânica. E de alguns dos importantes trabalhos de interpretação do Brasil terem sido escritos numa forma mais ensaística. Penso, contudo, que é sempre perigoso comparar o Brasil, que é um só, com “a América hispânica”, formada por quase duas dezenas de países. E por fim, discordo que tenham sido poucos os trabalhos sobre o assunto. Há uma bibliografia considerável sobre poder local, administração, câmaras... Foi deixada de lado porque a consideravam conservadora e, em alguns pontos, pró-portuguesa, ainda na tradição de “emancipar-se” do estatuto colonial. Sem falar nos livros muito importantes de Oliveira Viana, *Instituições Políticas Brasileiras* (1949) e de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* (1958 para a primeira edição, 1975 para a segunda), que tratam, no primeiro caso, do “insolidarismo” e dos “clãs patriarcais” e, no segundo, da força do “estamento burocrático”. Trabalhos antes de teoria política e de sociologia que de história, mas que tiveram grande impacto sobre as análises e interpretações do Brasil.

JM: Continuando com essa comparação com a América portuguesa, sempre me chamou a atenção o grande desconhecimento (em geral) que existe no Brasil sobre a América hispânica, tanto atual como da história desses países. Poucas pessoas sabem, por exemplo, que o Brasil formou parte da Monarquia hispânica, entre 1580 e 1640. Também acho curioso que muitas faculdades de história oferecem cursos de História Ibérica (segundo o exemplo da USP) cursos onde, na verdade, fala-se fundamentalmente de Portugal... Como você pode explicar essa longa tendência ao isolamento e à exclusividade do Brasil dentro do contexto latino-americano?

Laura de Melo e Souza: Essa é uma velha discussão... Tem a ver em parte com o fato de o Brasil ser o único país de língua portuguesa do continente, o que acaba por isolá-lo dos demais, na maioria falantes do espanhol. E em parte, com o europeísmo das elites imperiais e da República Velha, predominantemente francófilas, voltadas para o Velho Continente. Elites que não tinham universidades locais, como havia na cidade do México, em Lima, Buenos Aires, Santa Fé de Bogotá; daí se deslocarem para Coimbra, Montpellier, Paris, Edimburgo, Heidelberg... Sérgio Buarque de Holanda sempre se preocupou em comparar a América portuguesa e a espanhola, desde seu primeiro livro, *Raízes do Brasil*, de 1936. Em *Visão do Paraíso* retoma a questão, que pontualmente aparece em obras como *O Extremo Oeste* e *Caminhos e Fronteiras*. Gilberto Freyre parece ter sofrido bastante influência de autores espanhóis do final do século XIX e começo do século XX, e mesmo do chamado *iberismo*. Mas, de fato, houve um certo esquecimento do passado “espanhol” do Brasil, que agora começa a ser mais visitado por estudos recentes. Comigo aconteceu algo muito curioso. Como professora convidada na Universidade do Texas, em 1998, tive que dar aulas de história latino-americana e estudar bastante na maravilhosa biblioteca que há ali, descobrindo muitos livros sobre a história do México e do Peru que eu não conhecia. Senti-me, pela primeira vez, profundamente latino-americana. Já havia feito uma incursão pelo mundo hispano-americano em meu livro *Inferno Atlântico*, marcado por Serge Gruzinski. Agora, em Paris, tenho de novo que ensinar a história da colonização na América espanhola: o fato de voltar-me para o lado latino-americano de meu passado e para as conexões entre a história da vertente lusitana e hispânica do continente está muito referido a um olhar que incide sobre o Brasil a partir de fora, ou por meio de olhos não-brasileiros, como os de Serge Gruzinski. Como se fosse necessário sair do continente para melhor enxergar seus nexos.

JM: No seu último livro escreve sobre o poeta e inconfidente Claudio Manuel da Costa. Por que esse interesse pela literatura?

Laura de Melo e Souza: Sempre tive muito interesse pela literatura, cheguei a pensar em cursar letras, mas a história falou mais alto. Já historiadora, procurei utilizar a literatura, menos como fonte e mais como indício das ideias de uma época. Levada por meu interesse permanente pela história de Minas Gerais, li muito os poetas mineiros, ou que atuaram nessa região no século XVIII. O livro sobre Cláudio foi uma encomenda da editora, e resolvi aceitar o desafio porque havia muito pouca documentação sobre ele, e nenhuma biografia. Foi uma experiência incrível, das mais fortes de minha vida profissional, e acho que acabei trazendo alguma contribuição, descobrindo documentos que não se conhecia.

JM: Em muitos de seus livros, fundamentalmente no último, é claro seu interesse pela biografia. O que acha da volta desse gênero, nos últimos anos, à primeira linha da pesquisa histórica?

Laura de Melo e Souza: A biografia recompõe trajetórias pessoais, e quase sempre as relata numa narrativa linear. Tanto a ficção quanto a história feita hoje em dia deixaram de lado esses procedimentos. Acho, portanto, que a biografia preenche uma necessidade de contar e de ler histórias numa perspectiva tradicional, agradável a um público maior que, no passado, encontrava isso tanto nos romances quanto nos livros de história. Estes, por sua vez, deixaram frequentemente de lado acontecimentos e personagens para valorizar processos ou estruturas. Pessoalmente, penso que a história não pode abdicar dos fatos e das personagens, mas deve problematizá-los. Vejo, hoje em dia, muitas biografias que abrem mão disso para atrair um leque mais amplo de leitores, e penso que a boa biografia deve ser ao mesmo tempo a tentativa de compreender uma vida e uma época. Foi o que procurei fazer no meu livrinho sobre o poeta Cláudio Manuel da Costa. E há tentativas interessantíssimas, uma delas, que cito como exemplo, a da escritora italiana Natalia Ginzburg, que escreveu um livro extraordinário sobre Alessandro Manzoni, grande figura das letras italianas no século XIX, com base em cartas de pessoas de sua família. Compôs um caleidoscópio de olhares externos sobre a personagem principal – Manzoni – que, salvo engano, em nenhum momento é chamado a opinar. E Manzoni é um gigante, mito fundador da unificação de seu país, um dos pais da língua italiana moderna, autor de um dos maiores romances da literatura europeia, *I promessi sposi*. Deixar sua voz do lado de fora é de um requinte metodológico incrível.

JM: Você participou da controvérsia historiográfica entre o Antigo Sistema Colonial e o Antigo Regime dos trópicos, a escola de São Paulo e a escola do Rio de Janeiro, com diferentes interpretações da realidade colonial. Como vê agora esse debate?

Laura de Melo e Souza: Vejo com certo mal estar. Quis discutir ideias de forma madura e civilizada e isso nem sempre foi possível, houve muitos ressentimentos de parte a parte. Gosto de discutir ideias, faço-o com meus amigos mais queridos, com meu marido, com minha família. Mantenho ainda hoje a maior parte dos pontos que sustentei naquela época, mas me desagrada essa história de haver “duas escolas”. Muitos de meus ex-orientandos, meus “discípulos”, para usar uma expressão que não me agrada muito porque é obrigatoriamente hierarquizante, alinham-se com ideias diferentes das minhas e nem por isso nos respeitamos ou estimamos menos. A divergência é tão ou mais importante do que a concordância, o unísono. Acho o unísono muito provinciano, e vejo a dúvida como muito mais importante do que a certeza para o desenvolvimento da ciência. Sem contestação e dúvida o conhecimento não anda. Naquele momento me incomodava muito a aplicação de certas fórmulas feitas, de verdades adquiridas e repetidas exaustivamente quando, em muitos casos, as evidências empíricas e os contextos específicos apontavam em outro sentido. Muita gente diz que o

debate foi importante, que ajudou a pensar. Tanto melhor, mas não sei se encaminharia as coisas do modo como encaminhei na época.

JM: Aqui na Revista de Estudos Brasileiros, no número 2, publicamos um artigo de Jobson Arruda que lançava uma nova proposta que ele chama “moderno sistema colonial”: seguindo essa lógica, o debate já está superado?

Não posso opinar, pois a questão deixou de me interessar. O Sistema Colonial é um instrumental analítico importante, a meu ver, e pode ou não ser usado, depende do modo de abordar o objeto. Para mim, ele é essencial, podendo não o ser para outros. É essencial, mas nem sempre o uso explicitamente, mesmo porque evito explicitar conceitos: ele é um trampolim para minha reflexão, pois não vejo a história do Brasil separada da história da Europa nem da história global, e neste sentido a noção de Antigo Sistema Colonial ajuda bastante. Um dos meus grandes esforços como professora da universidade francesa é fazer os alunos verem que a história do Brasil faz parte da história da França em particular e da europeia em geral, para dizer o mínimo. Que ela está impregnada na riqueza dos comerciantes franceses de Nantes, de Rouen, de Lorient, de La Rochelle... No pensamento de Michel de Montaigne, de Jean-Jacques Rousseau... Cada vez mais, e, sobretudo agora, acho as diferentes expressões do espírito nacional uma chaga, uma praga, uma peste. E o enfoque nacionalista da história talvez tenha de ser visto como coisa do passado, próprio a uma época e hoje desprovido de sentido, como hoje não faria mais sentido escrever a *História da Revolução Francesa* do modo como o fez Michelet ou a *História Geral do Brasil* como o fez Varnhagen, por mais indiscutível que seja a qualidade de ambas.

JM: Nos últimos anos o Brasil viveu um grande aumento dos estudos coloniais. Os congressos bianuais de História colonial reúnem centenas de jovens pesquisadores sobre este período. Como vê a atual historiografia brasileira em geral e a do período colonial em particular?

Laura de Melo e Souza: Vejo com satisfação, apesar de não entender muito bem qual a origem dessa voga. A rigor, fazer pesquisa sobre o período colonial é mais difícil, os documentos são difíceis de ler, o acesso, é verdade, tendo sido facilitado pelos programas de digitalização. E a facilidade do acesso deve ter muito a ver com essa voga. Por outro lado, penso que é necessário um investimento maior na reflexão crítica, pois os trabalhos tendem a ser muito empíricos e a repetir modelos analíticos consagrados. Há um fetichismo que envolve o documento de arquivo e um uso meio naturalizado do documento histórico, uma espécie de neo-historismo. Mas, é inegável que o nível médio da historiografia brasileira sobre esse período é, hoje em dia, muito bom e, nesse sentido, o ganho tem sido enorme, e deve em parte ser tributado ao grande número de programas de pós-graduação existentes no país.

JM: Que sentido tem escrever história hoje? O que diria aos jovens estudantes de história das nossas faculdades?

Acho que tem todo o sentido estudar e escrever sobre história hoje. O mundo está mudando com uma rapidez incrível, mas lembra outros períodos análogos. Como o da chamada crise do Antigo Regime, com a independência das colônias americanas, a revolução francesa, a transformação total do mapa europeu sob o impacto dos exércitos de Napoleão Bonaparte. A história não se repete, mas o seu estudo ajuda a compreender os processos históricos e o que é essa aventura aqui na Terra. Há muita pressão, em toda parte, contra os estudos de humanidades, e é agora, a meu ver, que eles são, mais do que nunca, necessários. Temos que resistir e impô-los como imprescindíveis. E diria aos jovens estudantes que não desanimem, nunca nada foi fácil, e o futuro depende, em grande parte de nós. Não em tudo, felizmente ou infelizmente, porque o acaso e o aleatório desempenham um papel considerável na História.